

# Era uma Vez Transexuais na Escola: da rejeição à luta

Tássia Maria Barbosa da Silva <sup>1</sup>  
Aurino Lima Ferreira <sup>2</sup>

## Resumo

Neste artigo buscamos entender os motivos das dificuldades de acesso e permanência dos transexuais no processo educacional formal a partir do resgate de suas histórias de vida. Pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada com quatro participantes transexuais que passaram ou estão inseridos na educação formal. A partir da análise de conteúdo, construímos as temáticas Re/conhecimento e transformação na transexualidade e Era uma Vez Transexuais na Escola. Apontamos que a escola oprime e violenta esses sujeitos, negando-lhes reconhecimento através da não inclusão do nome social e acesso as condições próprias do gênero com o qual se identificam. Não foi possível identificar mecanismos que motivassem a permanência dessas pessoas na escola. As motivações para a permanência na vida acadêmica se fundaram em espaços de educação não-formal que propiciaram o deslocamento subjetivo do estigma para o empoderamento.

Palavras-Chave: Transexualidade; Educação. Exclusão.

## 1. Introdução

Quando lembro da escola, lembro-me do cheiro do lanche, do abraço da professora, das intermináveis tarefas de casa e, entre outras, a mais gostosa das lembranças: os amigos. A escola permeia boa parte das nossas vidas, é nela que fazemos amigos que, ao longo de nossas vidas, trazemos conosco, alguns em minhas boas lembranças e outros em meu convívio. Durante os anos que convivemos diariamente na escola, criamos vínculos de carinho e familiares, passamos juntos por mudanças hormonais e emocionais, é um período de descoberta. E nos descobrimos juntos. Entretanto meus amigos eram, são “diferentes” – certa vez através de um e-mail – que na verdade era uma pegadinha, descobri que um deles gosta de meninos.

Meus amigos são rapazes que gostam de namorar outros rapazes, ou seja, são homens com estereótipos de homens, de classe média/classe média alta, graduados, mestres, alguns doutores e até pós-doutores, médicos, vários advogados, economistas e engenheiros, muitos são servidores públicos, esses são os meus amigos. Faço o relato geral de quem são para traçar um perfil dessas pessoas, homens, gays, com titularidades acadêmicas e servidores públicos (na sua maioria brancos), foram essas pessoas que me direcionaram direta ou indiretamente para o tema que escolhi tratar aqui.

---

1 Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. tassia Barbosa@hotmail.com

2 Professor do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. aurinolima@gmail.com

Há uma linha tênue entre o que é ou não é permitido socialmente; vários fatores interferem para esse julgamento, dentre eles podem ser citados: raça, cor, religião, classe social, nível de escolaridade, orientação sexual e outros. Meus amigos são bem aceitos, eles conseguem alcançar vários “bons” índices do que é socialmente aceito. Disse, a princípio, que meus amigos tinham me feito trilhar esse caminho, mas não disse através de qual perspectiva. Pois bem, quando nos referimos à diversidade sexual pensamos, meio que automaticamente, em gays e lésbicas, no entanto existem outros segmentos que circulam esse meio, a exemplo os travestis, transformistas, *drag kings*, transexuais entre outros. É esse o lado da moeda que me aprofundo nesta pesquisa, em especial os transexuais.

Homossexuais tais quais meus amigos são mais tolerados socialmente, pois se vestem, andam, se comportam e tem status social mais próximos da norma social, mas o que dizer de transexuais? Pessoas transexuais fogem dos padrões normativos, são pessoas nascidas com um sexo, mas se identificam com o outro, são pessoas que se travestem externamente e/ou cirurgicamente do sexo que se identificam. Como a escola lida com essas pessoas? Qual a percepção dessas pessoas acerca da escola? Na busca de identificar o que está se discutindo no âmbito da transexualidade e educação foi feita uma pesquisa no site de periódicos da CAPES. Foram encontrados 3 trabalhos, 2 artigos e 1 tese. Um dos trabalhos encontrados traz a perspectiva dos estudos de gênero e culturais numa perspectiva pós-estruturalista, explorando especialmente a articulação corpo, sexualidade e heteronormatividade; outro trabalho analisa as representações sociais de profissionais de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal sobre transexualidade; o último analisa o processo de construção das identidades de gênero e orientação sexual de duas professoras autodefinidas transexuais e pela sua natureza penso ter mais paridade com esta pesquisa.

Para além desses trabalhos encontrados no site da CAPES outro levantamento bibliográfico nos levou a uma pesquisa recente publicada pela ANPED em outubro de 2015. O artigo traz um estado da arte sobre educação e universo trans (termo descrito por Marcos Benedetti (2005), refere-se a pessoas travestis, transexuais e transgênero) entre os anos de 2008 a 2014 em fontes variadas. O artigo de Franco e Cicillini (2015) coloca uma tabela com os seguintes resultados da pesquisa: 05 artigos (sites, anais, revistas, etc.), 05 capítulos de livro, 05 dissertações e 03 teses, totalizando 18 trabalhos.

Entre os trabalhos encontrados destaca-se a relação entre pessoas *trans* e a família, trabalhos com vieses pós-estruturalistas e a docência e transexualidade.

Ainda para me situar sobre os debates no campo da transexualidade realizamos outra pesquisa apenas com essa terminologia “transexualidade” e foram encontrados 51 trabalhos,

sendo 34 artigos, 15 dissertações e 2 recursos textuais. Cerca de 15 desses trabalhos estão ligados a questões de saúde: a exemplo citamos um dos trabalhos de Daniela Murta, a qual aparece como autora de diversos trabalhos na área, cujo tema é Transexualidade e saúde pública e discute a transexualidade no contexto das políticas de saúde pública no Brasil; outros trazem a bioética para fomentar o debate sobre a cirurgia de redesignação sexual, mudança de sexo; no Direito há relevantes discussões sobre a bioética e o nome social, e discorrem sobre a relevância da estratégia de conciliação de valores dos princípios jurídicos envolvidos na temática da mudança de prenome e sexo por transexuais; e na Psicologia, alguns dos estudos, mostram as superações dos estigmas de patologização da transexualidade.

Como podemos constatar a partir dos levantamentos mencionados existem tímidos debates na academia que perpassam pelo tema transexualidade e educação. As pesquisas recentes (2006 – 2014) que existem no campo da transexualidade estão, na sua maioria, voltadas para as áreas de psicologia, medicina e direito, o que já é um avanço, ainda que, mesmo nessas áreas, as discussões sobre o tema sejam poucas.

Na presente pesquisa buscamos entender os motivos das dificuldades de acesso e permanência dos transexuais no processo educacional a partir do resgate de suas histórias de vida no âmbito da educação formal. Quais são os elementos motivadores e dificultadores de acesso e permanência dos transexuais no sistema formal de ensino?

Neste sentido, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender a visão de pessoas transexuais sobre a educação formal. Os objetivos específicos são: (i) indicar como pessoas transexuais vivenciam/vivenciaram o sistema educacional formal do qual estão/estavam inseridos, no intuito de apresentar os aspectos dificultadores e facilitadores de acesso e permanência no mesmo; (ii) apontar como o processo educacional formal interferiu nas escolhas acadêmicas das pessoas transexuais.

Com isso, esta pesquisa amplia os olhares para essa questão com ênfase no olhar da pessoa transexual, como ela vê a escola, quais fatores influenciaram ou não no seu ingresso e permanência na escola.

## **2. TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO**

### **2.1 Sexualidades**

Antes de abordar a transexualidade, penso que devemos dar uma volta por outros setores que nos ajudarão a defini-la.

O ser humano se constrói a partir das relações sociais que estabelece durante a sua vida. A sexualidade segue a mesma corrente, Louro (2002 p. 9) analisando a sexualidade como um *dispositivo histórico*, segundo a perspectiva de Foucault, diz que a sexualidade “é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes que produzem ‘verdades’”. Ou seja, não há naturalidade na forma em que nos construímos, todos os processos de interação social ajudam na formação de quem somos. E por isso somos seres únicos e estamos sujeitos a um permanente processo de mudança.

Dada a complexidade da sexualidade, preferimos denominá-la: sexualidades, pois são formadas por diversos fatores: o sexo biológico, a orientação sexual e a identidade de gênero, segundo cartilha lançada pela Secretaria de Defesa da Cidadania em 2014. Sexo biológico se refere aos órgãos genitais, a capacidade reprodutiva, macho e fêmea. A orientação sexual é a “atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra, para quem se direciona, involuntariamente, o seu desejo” (SÃO PAULO, 2014, p. 10). Destaca-se três tipos de orientação sexual, são elas: heterossexual – sente atração pelo sexo/gênero oposto; homossexual – sente atração pelo mesmo sexo/gênero; bissexual – sente atração por ambos os sexos/gênero.

Gênero é uma construção, um processo, e não algo que exista *a priori* (LOURO, 1997). São construções culturais os estereótipos dados aos homens e mulheres. Os homens são os provedores do lar, as mulheres devem ficar em casa cuidando do lar e das crianças. Tais concepções não são inatas dos gêneros e sim do que foi culturalmente construído, assim como dizer que meninos gostam de rosa são gays e meninas que usam cabelo bem curto são lésbicas.

Para Louro (2000), somos sujeitos e temos múltiplas identidades sociais, ora nos parece atraente determinada identidade, ora tal identidade pode ser descartada. Identidade de gênero “é a percepção íntima que a pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma outra combinação dos dois, independente do sexo biológico” (SÃO PAULO, 2014, p.13), ou seja, é como nos identificarmos, como desejamos ser reconhecidos/as. Tais entendimentos de si são construções históricas, culturais e sociais, e como somos seres que vivemos nesses meios somos passíveis de constantes mudanças.

Pode-se citar como identidade de gênero pessoas cisgêneros, transgêneros, e transexuais. A cartilha de Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT de São Paulo (2014) define tais identidades como: a pessoa cisgênero são aquelas que o sexo biológico coincide com a identidade de gênero; transgênero são pessoas que transitam entre gêneros, bem como

travestis, transexuais, crossdressers, *drag queens/drag kings* e outros, contudo há quem utilize a nomenclatura para as pessoas que não são travestis ou transexuais, mas que vivenciam os papéis de gênero de maneira não convencional; Pessoa que tem a identidade de gênero diferente do sexo biológico é chamada de transexual. Pessoas transexuais demonstram ou não a vontade de fazer modificações corporais por meio de hormônios e intervenções cirúrgicas.

As sexualidades se formam através de diversas variantes e a cada novo caminho tomado nesse percurso, parece abrir precedentes para uma nova gama de possibilidades, tais possibilidades, de vivenciar nossa sexualidade, por hora podem estar elencadas acima, porém, como diz Guacira Louro (2002), somos seres múltiplos que nos formamos a partir das vivências nos meios sociais. E já que somos essa diversidade, não podemos mensurar tal multiplicidade. Após elencar quais os fatores que formam as sexualidades voltamos a tratar do nosso ponto primordial, a transexualidade.

## **2.2 Transexualidade**

Traço aqui uma breve linha do tempo referente à transexualidade, amparada em Carolina Grant e Pierre-Henri Castel. Grant, na verdade, analisa um artigo de Castel, no entanto acredito que ambos se complementam.

Castel (2011) apresenta uma linha cronológica em seu artigo e usa como fio condutor as interpretações da psicanálise, sociologia e endocrinologia para entender a construção das percepções históricas, culturais e políticas da transexualidade. Para construir tal narrativa Castel, propõe periodizar a história cultural e científica em quatro fases, das quais adentraremos em três.

A primeira fase (1910 – 1920) refere-se à sexologia, suas origens, origens “[...] indissociavelmente científicas e militantes, pois a despenalização da homossexualidade sempre constituiu seu alvo, portanto é um alvo da sexologia nascente quer tenham sido eles homossexuais, quer tenham rejeitado as perversões da época contra a homossexualidade” (CASTEL, 2011, p. 80). Esta fase é marcada pela “ambição da taxonomia positivista”. A obra de Magnus Hirschfeld, *Dei Tranvestiten*, 1910, foi a primeira na qual se denomina o termo “transexual psíquico”, não trazia a diferenciação entre perversões e o transexualismo (ismo é sufixo de doença, não é nessa perspectiva que quero tratar o transexual nesse trabalho, porém para contextualizar os escritos e abordagens da época farei tal referencia sempre que necessário), ambas eram “atos contra a natureza” e eram reprimidos pelos Código Imperial da Alemanha de 1870, diz Grant (2015).

O “behaviorismo endocrinologia” é o que marca a segunda fase (1920 – 1930), para Castel. É nesta fase que houve grande recebimento de teses no campo da sociologia sobre identidade sexual e, a partir delas, torna-se possível o “fenômeno transexual” Harry Benjamin (1885-1986), Grant destaca que foi na Europa, onde ocorreram grandes avanços endocrinológicos, intervenções corporais foram feitas por meio de hormônios e cirurgias, porém tais demandas das pessoas transexuais foram resumidas a formas biológicas, não levando em conta a psique do indivíduo ou sua subjetividade.

A fase mais abundante em acontecimentos é a terceira (1945 – 1975). Foi nela que

[...] a tradição americana de sociologia empírica e sua teoria da influência determinante do meio vai conduzir muitos pesquisadores a explorar conjuntamente a questão da socialização dos hermafroditas, dos indivíduos geneticamente anormais, dos meninos com órgão genital acidentalmente multilados, e dos transexuais. [...] A psicanálise americana, medicalizada à força, marcada pelo culturalismo, pareceu então impotente para evitar servir de caução à sociologia do gênero, e perdeu a batalha sem conseguir defender, por razões epistemológicas fundamentais, o caráter patológico de um distúrbio de identidade sexual puramente subjetivo (CASTEL, 2011, p. 80).

Nesse sentido, o professor de psicopediatria, John Money, foi um dos destaques dessa fase, lançando esboços teóricos acerca do conceito de gênero, suas pesquisas fundamentaram-se em T. Parsons sobre os papéis sociais aplicadas à diferenciação entre sexos. Segundo Grant (2015), J.Money estabelece a heterossexualidade como o natural aos sujeitos, pois liga os órgãos genitais às finalidades reprodutivas e que caberia aos transexuais adaptar-se socialmente. Em 1953 o médico alemão, Harry Benjamin (1885 – 1986), radicado nos Estados Unidos, individualizou a “síndrome do transexualismo” ou “fenômeno transexual” o fato foi um marco em termo de tratamento hormonal e cirurgia plástica que possibilitava o ajuste às pessoas transexuais, o que era terapeuticamente indicado (GRANT, 2013). Christine Jorgensen, em 1954, por trazer mais visibilidade e abrangência às discussões sobre a transexualidade, abertura de outros olhares para a categorização do conceito de gênero e debates sobre a construção da identidade sexual, ganhou o título de “mulher do ano”. É também na terceira fase que a Associação Americana de Psiquiatria (DSM 4), em 1980, estabelece no Código Internacional de Doenças (CID) o “distúrbio de identidade de gênero”.

O Código Internacional de Doenças em sua versão mais recente, no Brasil, em 1996, por determinação do Ministério da Saúde passou a classificar o transexualismo como CID – 10, elencado no F64.0 como transtorno psíquico mais especificamente de Identidade Sexual.

Segundo Reidel (2013), o transexualismo tem como característica o desejo de viver e de ser aceito como um membro do sexo oposto; O transtorno vem acompanhado por uma

sensação de desconforto e até de impropriedade com o sexo anatômico; Tal desconforto geralmente leva o transexual a buscar tratamentos hormonais e até mesmo cirurgias transformadoras em busca de maior conforto e congruência com o sexo preferido.

Pessoas transexuais não se identificam com seu sexo biológico, podendo, às vezes, para seu bem estar, fazer a cirurgia de redesignação de sexo (PERES; TOLEDO, 2011, p. 79). Para adequar o sexo biológico ao sexo psicológico são feitas uma série de tratamentos hormonais e a cirurgia de redesignação de sexo. A Portaria n. 1.707, no Ministério da Saúde de 18 de agosto de 2008, instituiu, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Processo Transsexualizador que consiste em uma série de acompanhamentos multidisciplinares, médicos psiquiatras, cirurgião, endocrinologista, psicólogos e assistentes sociais por, no mínimo, dois anos. Onde devem ser observados, entre outros, o diagnóstico médico de transexualização e ausência de características inapropriadas para a cirurgia, porém o acompanhamento de dois anos não é garantia para que possam se submeter a cirurgia (GONÇALVES, 2012).

Existe certa celeuma em torno de quem pode ou não fazer a cirurgia. Os profissionais de saúde são os juízes que definem que deverá ou não fazer a cirurgia, segundo Sampaio e Coelho (2013). A idade mínima que o Ministério da Saúde permite a cirúrgica de alteração de sexo e tratamentos hormonais a partir dos seja 21 anos. Porém Reidel (2013) relata que se por um lado há avanços nos direitos dos transexuais, por outro lado muitos desses direitos não são assegurados.

O princípio da dignidade humana é “[...] promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, segundo a Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, transexuais são cidadãos e cidadãs que possuem deveres e direitos, no entanto essa parcela da sociedade não faz uso de muitos de seus direitos em virtude dos preconceitos historicamente produzidos pela sociedade (SÃO PAULO, 2014).

O Decreto Nacional de nº 7.388 de 09 dezembro de 2015, da Presidenta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção do Direito de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGTT - Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades. Esse Decreto refere se ao nome social que deverá ser garantido a quem assim deseja ser tratado. O nome deverá constar em todos os documentos, fichas, formulários e crachás.

Peres diz que os “processos de estigmatização são aqueles em que as pessoas ao romperem com os modelos previamente dados pela normatização, ficam marcados

negativamente, depreciadas a ponto de serem desprovidas do direito a ter direito” (PERES, 2009, p. 237). Peres e Toledo (2011) mapearam as experiências vivenciadas por travestis e transexuais nas suas histórias de vida e relatam que as primeiras experiências de exclusão, discriminação, estigmatização e violência vêm do seio familiar, onde ocorrem as humilhações, as rejeições e violência a qualquer tipo de homossexualidade. A partir dessas experiências vividas, primeiramente, na família, há uma diminuição da autoestima e faz com que se tornem pessoas confusas muitas vezes.

Ao contrário do processo de empoderamento, as pessoas que fogem às normas de sexo/gênero/desejo regulados pela norma heterossexual, se não encontram fortalecimento nas relações positivas de pertença, tornam-se enfraquecidas diante das experiências de estigmatização que, por si mesmas, geram sensações de angústias, depressões e outros adoecimentos físicos e psíquicos. As experiências de estigmatização que enfraquece a potência de vida dessas pessoas não se restringem ao espaço doméstico, mas se estendem pelas vizinhanças, escolas, hospitais, serviços de saúde, segurança pública, enfim, se processam nos mais diversos espaços de circulação social das travestis (PERES; TOLEDO, 2011, p. 81).

Dada a complexidade que circulam no universo, no caso da nossa investigação, das pessoas transexuais, tais experiências podem, muitas vezes, causar sequelas psicológicas nas vidas dessas pessoas. Nessa perspectiva Berenice Bento, que trás essa questão da estigmatização para escola, ela aponta que “[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora de heterossexualidade” (BENTO, 2008, p. 129). A escola nesse sentido reverbera com os estímulos que são primeiramente lançados pela família e tem continuidade na comunidade escolar.

Percorremos aqui um caminho para entendermos algumas nuances que estão envoltas na construção da transexualidade para que possamos associar, mais a seguir, como se forma a construção da transexualidade dentro do contexto educacional e as abordagens pedagógicas que deliberam sobre a sexualidade.

### **2.3 Educações**

Maria da Glória Gohn três definições sobre tipos de educação que se encaixam perfeitamente nas discussões que proponho no decorrer dessa pesquisa. Gohn (2006) faz a distinção entre educação formal, educação informal e educação não-formal.

A educação formal a que conhecemos habitualmente, que é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente esquematizados por série/ciclo, o professor é o agente do saber,

as instituições de ensino são normatizadas por leis e diretrizes e seu objetivo é referente à aprendizagem de conteúdos; Na educação informal, o sujeito aprende nos processos de socialização (escola, família, igreja), o processo de aprendizagem é ligado ao meio que está inserido como, por exemplo, sexo, nacionalidade, idade e religião, a educação se dá de forma espontânea e a partir dela o indivíduo desenvolve hábitos e costumes referentes aos grupos em que está inserido; Já a educação não-formal é compartilhada em espaços de ações coletivas, o principal educador é o outro a partir da interação, os grupos se organizam de acordo com a experiências de vida, há intencionalidade na forma de compartilhar conhecimentos, se agrupam por um interesse coletivo e tem como objetivo formar o cidadão para a vida.

Vejamos a seguir os vieses que estão inseridos dentro das abordagens educacionais da educação sexual.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Orientação Sexual, compreendida como educação sexual, é entendida como inato da vida humana e deve ser abordada na educação como:

[...] o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 1998, p. 73).

Não há nada de ingênuo no currículo, ele foi feito para servir a quem o produziu, nele são geradas relações de poder que são construídas, também, historicamente. Tomaz Tadeu (2010) chama atenção para as representações que estão contidas nos modos de demonstração desse currículo. Relações políticas, sociais, religiosas, entre outras, formam o poder do currículo (TADEU, 2010). “[...] No currículo se forja nossa identidade [...] o currículo é documento de identidade”, diz Tadeu (2010, p. 150). Nesse sentido, Louro (1997) fala sobre a “fabricação das diferenças”, que devemos estar atentos ao que dizemos ser “natural” do sexo feminino e masculino.

O processo de "fabricação" dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como "natural" (LOURO, 1997, p. 63).

Louro (1997) diz que a educação sexual na escola move-se com bastante cuidado, os autores de livros didáticos pouco se arriscam em contextualizar seus conteúdos se atendo, em grande parte, aos aspectos biológicos da sexualidade.

Adentremos agora nas oito abordagens contemporâneas para a educação sexual enumerada por Furlani (2011). Para desenvolver um trabalho sobre sexualidade nas escolas ainda é um assunto delicado quando se trata de algumas abordagens de Educação Sexual. Furlani (2011) elenca oito abordagens contemporâneas para a educação sexual, destas há as que são mais usuais nas escolas, são as abordagens: biológico-higienista; a moral-tradicionista; a terapêutica; e a religioso-radical. No olhar desta autora existem as abordagens que mais se aproximam do reconhecimento às diferenças, são elas: dos direitos humanos; dos direitos sexuais; emancipatória e *queer*.

Cada uma das abordagens “pressupõe uma concepção de educação, um entendimento de sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e éticos da vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos merecedores desses direitos” (FURLANI, 2011, p. 15). O estudo das abordagens favoreceram um melhor entendimento das compreensões das sexualidades e nos indica quem especial indicará o manejo do educador frente a transexualidade.

### **3. METODOLOGIA**

Como as pesquisas no contexto das Ciências Sociais são primordialmente qualitativas, essa não foge a regra. As pesquisas qualitativas analisam a realidade social e o cotidiano da vida individual e coletiva do indivíduo “[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21). A pesquisa qualitativa aborda de forma singular o seu objeto de pesquisa, tentando ir além do que está dito, posto, buscando interpretar os signos do que está implícito, diz Minayo (2009).

Minayo (2009) divide a pesquisa qualitativa em três eixos essenciais: A fase exploratória; o trabalho de campo e; análise de tratamento do material empírico e documental. Na fase exploratória damos conta do tema, hipóteses, problemas de pesquisa e da revisão bibliográfica. O trabalho de campo consiste em unir o levantamento documental com a observação e entrevistas. E a análise de tratamento de material empírico e documental diz respeito a um conjunto de procedimentos que envolve a articular, entre outras coisas, a teoria e prática.

### 3.1 Participantes

Os sujeitos participantes da pesquisa foram 4 pessoas transexuais, sendo 2 estudantes do Ensino Superior, 1 estudante no Ensino Médio e 1 parou de estudar antes de concluir o Ensino Médio. Ao longo do relato eles serão designados como Alice, João, Wendy e Dorothy<sup>3</sup>.

Parte dos participantes vieram do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT, um equipamento da Secretaria Executiva de Direitos Humanos, que tem como objetivo o acolhimento de pessoas vítimas de LGBTfobia e violação de direitos. O Centro presta apoio, entre outras coisas, as pessoas trans que buscam assegurar seus direitos, retificação de prenome e sexo no registro civil, o uso e reconhecimento do nome social nos espaços, uso do banheiro de acordo com o gênero. Ou seja, o Centro trabalha com a proteção, reparação e promoção da cidadania para a população LGBT de maneira geral. A outra parte dos entrevistados surgiram a partir de indicação de pessoas que conheciam pessoas transexuais que se encaixavam no perfil da pesquisa. Os/As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### 3.2 Instrumentos da pesquisa

Primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica para identificar o que está sendo abordado no viés da educação e transexualidade e para a coleta de dados utilizamos da entrevista semiestruturada.

Para indicar como pessoas transexuais vivenciam o sistema educacional formal do qual estão/estavam inseridos que servirá para entender quais os aspectos dificultadores e facilitadores de acesso e permanência no mesmo e apontar como o processo educacional formal interferiu nas escolhas acadêmicas das pessoas transexuais fizemos uma entrevista semiestruturada, com o intuito de que as perguntas possam se abrir para outras reflexões do participante.

A entrevista semiestruturada mostrou se o método mais eficiente de coleta de dados para nossos estudos pois é, segundo Minayo (2009, p. 64), a “que combina perguntas fechadas e abertas em que o instrumento tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Ainda compreendendo a entrevista semiestruturada como

---

<sup>3</sup> Nomes de todos os entrevistados foram escolhidos a partir de personagens de contos de fadas, são eles respectivamente: Alice no país das maravilhas, João e Maria, Peter Pan e O Mágico de Oz.

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas com os sujeitos da pesquisa e analisada para gerar os resultados em consonância com a revisão de literatura.

### **3.3 Elementos metodológicos**

Para responder à pergunta da pesquisa “qual é a percepção que pessoas transexuais têm da escola e quais os aspectos que influenciaram a sua permanência na educação formal” fizemos dois blocos de perguntas, cada um deles corresponde a um objetivo específico da pesquisa.

O bloco I está ligado ao objetivo (i) indicar como as pessoas transexuais vivenciam o sistema educacional formal do qual estavam/estão inseridos; e o bloco II ao segundo objetivo específico (ii) que consiste em apontar como o processo educacional formal interferiu nas escolhas acadêmicas das pessoas transexuais. As entrevistas semiestruturadas presenciais ocorreram entre os meses de fevereiro, março, abril e maio.

### **3.4 Análise dos dados**

O sistema de análise dos dados se eu através da análise de conteúdos de Minayo (2010, p. 75) que: “[...] pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação”. “Analisarmos o conteúdo da mensagem como nossa unidade de registro, essas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto de mensagens” (MINAYO, 2010, p.75).

Minayo (2010) dispõe em três fases a análise do conteúdo. Na 1º fase Organizaremos o material em consonância com os objetivos e categorias. “Para isso, faz-se necessário que façamos uma leitura do material no sentido de tomarmos contato com a estrutura, descobrirmos orientações para a análise e registros impressões sobre a mensagem” (MINAYO, 2010, p.76). Na 2º fase o “momento é de aplicarmos o que foi definido na fase anterior. É a fase mais longa. Pode haver necessidade de fazermos várias leituras de um mesmo material” (MINAYO, 2010, p.76). Na última fase deve-se tentar “desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Sem excluir as informações [...], nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando” (MINAYO, 2010, p.76).

A análise dos dados coletados seguiu os caminhos colocados acima, na expectativa de conseguir traduzir de maneira mais fidedigna o que foi captado durante as entrevistas.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos procedimentos de análise do conteúdo, construímos temáticas que nos ajudam a desvendar o objetivo central dessa pesquisa que é compreender a visão de pessoas transexuais sobre a educação formal, são elas: Re/conhecimento e transformação na transexualidade; Era uma Vez Transexuais na Escola; A escola + as vivências = continuar/não continuar. Dentro dessas temáticas surgiram subtemas que foram criados para que possamos entender com clareza o que cada um se destina.

##### 4.1 Re/conhecimento e transformação da transexualidade

Esta temática surge para apresentarmos como nossos/as entrevistados/as se re/conheceram enquanto pessoa trans. Um processo que, pelo que constatamos, é identificado desde a infância e traz implicações tanto no ambiente escolar, como no familiar.

###### 4.1.1 Sonhando Ser Outro na Infância

Todos entrevistados apontam que desde a sua infância percebiam-se diferentes dos demais, conforme podemos perceber nos exemplos que segue:

*Foi muito difícil porque quando eu me identifiquei eu era muito pequena então era muito difícil (Wendy, 43 anos).*

*[...] bem criança aos 6 anos de idade, todo mundo de dizia que eu não podia, eu não podia brincar, eu não podia falar, eu não podia andar, eu não podia estar no meio das minhas amigas[...]eu queria entender o que é aquilo e aí meu pai dizia 'você tem que ter jeito de homem, você é homem, você é homem' a minha mãe e meus irmão também falavam isso e eu queria saber por que eu tinha aquele jeito que eu não entendia (Dorothy, 37 anos).*

Apesar dos relatos de reconhecimento desde a infância, a família é um marco essencial para que essas pessoas se desbravem, Dorothy revela em sua fala que sofreu opressões dos familiares, mas não entendia o motivo, ou seja, a família a reconhece mesmo antes que ela se entenda, tanto para si quanto para os outros, como uma pessoa homossexual.

Identificar-se como homem ou mulher trans exige passar por uma longa estrada. A princípio o estigma de familiares e amigos por perceber algo “diferente” naquela criança; depois a confusão está em entender o que acontece com seu corpo e mente, o porquê eu sou

diferente; há também o medo da família conservadora e às vezes violenta como podemos observar abaixo:

*Foi uma barra muito grande porque muita gente na época falava que era safadeza, que tinha que colocar no eixo, que o homem nasceu pra ser homem, filha de um pai completamente conservador, foi bastante difícil (Wendy, 43 anos).*

O entendimento, reconhecimento e aceitação de si como pessoa trans também são percursos a serem feitos. Quando uma pessoa trans se encontra em sua identidade de gênero há também dilemas e confrontos internos para que possa se assumir, como relata Dorothy:

*Quando eu conheci as meninas (travestis) eu criei uma repulsa, uma rejeição muito forte porque eu via nelas o que eu era (Dorothy, 37 anos).*

Negar-se a *priori* foi a primeira ação, já que culturalmente não está nas normas culturais. Outro marco no processo de re/conhecimento são as mudanças corporais marcadas, pelo que constatamos, a emancipação financeira e/ou a vida adulta, como podemos ver nas falas abaixo:

*Resolvi mudar radicalmente mesmo com 26 anos, mas com 18 eu me assumi como gay (Alice, 38 anos).*

*Quando eu me tornei maior e consegui a minha independência, não precisava mais da minha mãe e o meu pai já havia morrido eu disse “agora vou curtir a minha vida” (Dorothy, 37).*

Trouxemos um breve percurso que fez parte da vida dos/as nossos/as entrevistados/as, pensamos que esse pré reconhecimento nos ajudarão a compreender e sermos mais sensíveis aos desdobramentos que virão a seguir.

## **4.2 Era uma Vez Transexuais na Escola**

Abordaremos aqui como as pessoas transexuais experimentaram o sistema educacional formal, os fatores que destacamos estão ligados as suas experiências que fortaleceram ou desestimularam a permanência dessas pessoas em escolas e mesmo o ingresso delas em outros níveis de educação.

### **4.2.1 A Transexualidade na Escola: um conto de fadas em que a escola torna-se a bruxa má**

Nesse ponto da investigação, direcionamos a atenção aos relatos das pessoas entrevistadas acerca dos caminhos percorridos nas suas trajetórias no sistema educacional

formal, indicaremos quais os elementos são elencados como motivo do enfrentamento dos quais tiveram que passar, em especial qual a perspectiva que eles/as tem em relação a escola.

No que se refere as suas experiências no sistema de ensino formal, constatamos que todos/as nossos/as entrevistados/as relatam fatos que se assemelham entre si ao serem questionados sobre quais fatos de suas trajetórias escolares mais marcaram suas vidas acadêmicas, como podemos observar na fala a seguir:

*Com o passar do tempo tive muitos problemas com a coordenação porque na minha ata, na ata da sala, tinha o meu nome civil e eu tive que falar com professor por professor que meu nome isso, meu nome aquilo (explicando que na ata deveria constar seu nome social). Nem que fosse entre parênteses lá deveria haver pelo ao menos isso não só o meu nome civil porque é um direito meu e tudo que for de circulação social tem que ter o meu nome social e daí não estava (João, 18 anos).*

O não respeito ao uso do nome social por parte da escola se mostra um aspecto que causou constrangimento a duas pessoas entrevistadas. João relatou outras situações em que o uso do seu nome civil nos corredores da escola lhe trouxe mal-estar. Segundo ele, a coordenação da escola fazia questão de chamá-lo pelo nome civil em todos os espaços da escola, isso fez com que os alunos soubessem o seu nome e esta situação serviu para que ele fosse abusado por seus colegas, com piadinhas e chacotas em relação a sua identidade de gênero. As outras entrevistadas não mencionaram tal fato, elas não usavam o nome social durante sua trajetória escolar.

O uso do banheiro nas escolas também foi elencado como um fator violador que ajuda a cultivar a cultura de violência tanto entre os/as alunos/as como por parte dos professores/as. Vejamos o que dizem:

*Teve uma negação da escola em receber aquilo direito (a transexualidade) porque eu entrava no banheiro masculino escondido, não me sentia a vontade de entrar no banheiro feminino, só às vezes quando não havia ninguém no banheiro feminino e havia meninos no banheiro masculino que eu usava o feminino (João, 18 anos)*

*A sociedade é um objeto violador. A gente é violada dentro da família, por sermos um pouco afeminadas, nós somos violadas pelos primos, pelos tios, somos bolinadas, somos violentadas e no colégio não é diferente. Por ser educadinha demais, por ser quietinha demais então sempre tem aquelas piadinhas... era um martírio sair de casa para ir para o colégio, ir no banheiro, os meninos faziam xixi no mictório e eu fazia na cabine e isso era um problema porque eu mijava sentada certa vez me deram uma surra dentro do banheiro, quase me estupram entre outras coisas e ainda escutar de professores “mas ele gosta disso, ele não gosta de homem?” (Wendy, 43 anos).*

O banheiro para esses estudantes se mostra um local de violações como diz Wendy. Primeiramente a gestão escolar não respeitar a identidade de gênero de seus estudantes e faz com que eles/as usem o banheiro de acordo com seu sexo biológico. Na fala de João vemos que ele usa tanto o feminino quanto o masculino, mas não se sente a vontade de entrar em ambos quando existem pessoas. No início de sua fala João diz que a escola não está sabendo como agir diante a sua identidade de gênero e isso se reflete no comportamento dele no momento de usar um dos banheiros.

Outro fato que observamos é o que acontece dentro de um banheiro escolar. A fala de Wendy traz uma situação de quase estupro dentro da escola e uma surra, por ser, como ela relata, educadinha. A escola reproduz e corrobora com esse tipo de comportamento com as pessoas que estão “fora dos padrões” como Wendy relata na fala de um professor que disse: “mas ele gosta disso, ele não gosta de homem?”.

A fábrica de diferenças, a escola mostra, a partir do relato dessas pessoas, que produz, reproduz e ensina formas de marginalização dos/as seus/as aluno/as. As falas abaixo tratam de como a individualidade do sujeito enquanto ser que tem a sua especificidade e quer ser respeitado por ela, vejamos o que João diz:

*Eu tive um problema na minha 6ª série que os alunos (colegas) tiravam muita brincadeira chata (ruído/interferência) e com os professores também que falava que eu estava errado, que não era pra eu me vestir assim. Eu brincava e ficava perto dos meninos na sala, os professores mandavam eu ficar perto das meninas, que isso era errado, mas eu nunca fui de escutar professor não (João, 18 anos).*

*Eu escutei de um professor ele dizer assim, ele riu na minha cara e disse assim “se tu não é capaz de curar a tua doença como tu vai curar a dos outro” (choro) (Wendy, 43 anos)*

*[...] tanto por ser negra e na época eu entendia que era uma pessoa que tinha um problema, era o que meus pais falavam e na escola todos faziam chacota, mas eu não entendia o porquê. Além da cor, da raça, eu sofria por meu jeito não condizer com meu sexo biológica. Eu era muito perseguida na escola, não conseguia me socializar e foi um processo muito difícil (Doroty, 37 anos).*

Para além das formas “típicas” de preconceito e discriminação de um ser como por raça, cor, classe social, a Doroty ainda sofria, por não ter a paridade que se esperava entre o seu sexo biológico e comportamento, afinal se espera de um menino que ele não chore e que jogue bola, não é? Segundo Peres e Toledo (2011), as primeiras experiências de estigmatização acontecem no seio da família, “essa primeira experiência de estigmatização no seio da família vivido pelas travestis e transexuais dá início a um processo enfraquecimento

da autoestima e da crença em si mesmo, tornando-as inicialmente confusas e desorientadas” (PERES; TOLEDO, 2011, p. 80). Tudo em nome da paridade do sexo biológico ao gênero. Mas claro, isso é o certo, é o comum, é o “natural”. No caso de não seguir essa regrinha simples da vida de se comportar e agir dentro dos moldes do que é socialmente permitido, o bicho papão da sociedade vai nos pegar e nos perseguir até que desistamos de quem somos ou nos marginalizem e, pior, fazer de nós pessoas doentes.

Naturalidade, o que é natural para meninas e meninos? Essa “naturalidade” é algo natural mesmo ou é uma construção social? Ao longo de nossas vidas somos direcionados por nossa família, pela escola, pela mídia, pela igreja, a brincar com determinados brinquedos de acordo com o gênero, a sentar de forma adequada a cada gênero, brincar com pessoas do nosso gênero, gênero esse que está atrelado ao nosso sexo biológico. Ora, se o sexo biológico está diretamente ligado ao nosso comportamento por que temos durante toda a nossa trajetória de vida distinções entre o feminino e o masculino? A resposta nos parece óbvia. Não há naturalidade o que existe são construções sociais e fugir da linha quer dizer sofrer as consequências, consequências impostas por nossas famílias, vizinhos e pela escola.

Nesse sentido retomo a fala Wendy a colocando dentro do contexto. Ela falava sobre suas expectativas no passado, na época em que estudava, para um de seus professores, ela gostaria de ter sido psicóloga e o professor responde dizendo que ela não pode nem se curar quanto mais aos outros. Estigmas como esse são carregados nos ombros das pessoas que querer viver as suas sexualidades.

Todas as pessoas entrevistadas de maneiras similares ou particulares falam da escola com um pesar na voz, as lembranças parecem remetê-las a um tempo em que não havia nenhum cuidado, ninguém para apoiá-las e até mesmo a falta de entender se com pessoa trans. Diante desse cenário percebemos a dificuldade da escola em lidar com as diferenças, parece ser mais fácil excluir e marginalizar quem não está dentro dos padrões de normalidade.

As práticas escolares, descritas pelos agentes da pesquisa, se encaixam em algumas das abordagens da educação sexual que Furlani (2011) lista. Mas especificadamente as que não estão ligadas ao reconhecimento das diferenças, são elas a biológico-higienista, moral-tradicionalista, terapêutica e religioso-radical. Tais abordagens não levam em consideração os múltiplos discursos construídos nas discussões sobre sexualidade. Destas destacamos a abordagem moral-tradicionalista que, segundo Furlani (2011), legitima a homofobia e estimula vários tipos de discriminação, seja por orientação sexual, raça, classe social ou mesmo estado civil.

#### 4.2.2 A relação entre Colegas

Necessariamente na escola temos relações com outros agentes que a formam, no item anterior demos ênfase na escola enquanto instituição formada pelos profissionais que ali estão inseridos como disseminadores de saber. Vejamos agora as relações entre os/as colegas.

*Eu só tinha amiga mulher e poucos amigos gays na época do segundo grau eu tinha medo de chegar na boca da minha mãe e do meu pai lá no interior (Alice, 38 anos).*

*Minhas amigas sempre eram as meninas e como eu era um excelente aluna, todo mundo queria ser minha amiga porque meus trabalhos eram sempre 10, era a mais organizada, a aluna colaboradora, mas realmente a maioria era mais meninas o que causava inveja nos meninos que achavam que as meninas estavam comigo porque eu era um garanhão, o que não tinha nada a ver porque elas sempre ficavam comigo porque eu entendia elas, a gente conversava sobre quem tava paquerando, sempre teve esse grupinho (Wendy, 43 anos)*

Verificamos nas falas acima que existe uma constante, as entrevistadas se agrupavam com pessoas que tem a mesma identidade de gênero, ou seja, Alice e Wendy ficavam com as amigas pois era com elas que se sentiam a vontade. Louro (1997) diz que no ambiente escolar é mais favorável para que as crianças se agrupem por gênero, pois há situações que favorecem tal agrupamento como a Educação Física, filas e brincadeiras. Ainda na perspectiva de Louro analisando Barrie Thorne, ressalta a ambiguidade que é estabelecida quando uma criança quer fazer uma atividade que não é, culturalmente, destinada ao seu gênero, ela diz que “o contato com o outro tanto pode abalar e reduzir o sentido da diferença como pode, ao contrário, fortalecer as distinções e os limites” (LOURO, 1997, p. 79). Encontramos nas nossas entrevistadas esse agrupamento, que Louro (1997) chama de cruzamento de fronteiras que é a situação em que se atravessa a fronteira entre os gêneros.

Outros fatores marcaram a vida acadêmica de nossos/as entrevistados/as no que tange as relações com os/as colegas.

*Pelo fato da circulação do meu nome civil socialmente eu estou... assim, são dois andares e eu estudo no 2º andar, mas no 1º andar estavam falando meu nome, eu estava passando estavam chamando meu nome, era perceptível que era comigo. Eles estavam chamando o meu nome civil de pirraça (João, 18 anos).*

*[...] eu tinha muitos amigos, mas também tinha todos os meus inimigos porque a maioria das pessoas da escola eu não me identificava, havia a enraização do machismo, dos preconceitos e eu não chegava perto, meus amigos eram meus amigos que sabiam como eu era, que a gente se encontrava em alguns lugares e tal e com as outras pessoas eu nem tinha contato (Dorothy, 37 anos)*

Nesse bloco de relatos destacamos as violências sofridas por essas pessoas na escola por outros colegas. “Imagine o sofrimento de uma criança que acorda, põe o uniforme da escola, e enquanto se arruma, pensa: ‘mais um dia que terei que suportar aquele menino me chamando de veadinho, mais um dia que terei que ficar sozinho no recreio porque ninguém gosta de brincar e ficar comigo’” (BENTO, 2008, p. 129 – 130. Grifos do autor). A partir de pesquisas Bento chegou a está perspectiva de como se sente uma pessoa transexual após anos sofrendo abusos dentro da escola.

Foram esses abusos que fizeram Wendy desisti da escola, Bento chama a atenção para os índices que trazem informações sobre evasão escolar, existem crianças que são abandonam a escola por não suportar a hostilidade imposta a elas no dia-a-dia, “no entanto não há indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala em escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar” (BENTO, 2008, p. 129). Bento (2008) ainda questiona se isso é um processo e evasão ou de expulsão dos seus estudantes, tendo em vista que eles alimentam a intolerância dentro dos muros da escola.

### 4.3 A escola + as vivências = continuar x não continuar

Vejamos o quadro abaixo que traça um perfil acadêmico de nossos/as entrevistados/as.

Quadro 1: Perfil acadêmico dos participantes

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	CONTINUIDADE
Alice	38 anos	Superior em andamento	Sim, fazer especialização
João	18 anos	Médio em andamento	Sim, fazer uma graduação
Wendy	43 anos	Médio incompleto	Não
Dorothy	37 anos	Superior em andamento	Sim, fazer especialização

Fonte: A autora

Das quatro pessoas entrevistadas, duas estão cursando o Ensino Superior, uma o Ensino Médio e uma parou antes de concluir o Ensino Médio. O que influenciou as suas escolhas é o que vamos investigar, as motivações de suas escolhas acadêmicas.

Elencaremos a seguir aspectos que fizeram nossos/as entrevistados/as optarem ou não pela continuidade acadêmica, em qualquer instância da escolaridade.

#### 4.3.1 Parar ou continuar os estudos

Destacamos primeiramente os fatos que motivaram os nossos entrevistados a continuarem os estudos. Os que decidiram por continuar os estudos, desses nenhum apontou a

escola como a razão de suas escolhas. Fatores como o gosto pelos estudos, servir de motivação e diminuir as diferenças foram os aspectos que incentivaram nossos/as entrevistados/as. Vejamos o que João diz:

*A minha força de vontade mesmo de fazer o que eu gosto, que me encaixe bem, que seja bom no que vou fazer e também servir de motivação e exemplo, porque a falta de oportunidade pra pessoas trans é grande e o preconceito é enorme, muitos trans, gays e lésbicas deixam de estudar pelo preconceito que sofrem dentro da instituição de ensino (João, 18 anos)*

Na fala de João podemos constatar que apesar de todos os processos de exclusão que a escola promove, ele encontra em si forças para continuar os estudos. Servir de exemplo, ser o pioneiro no enfrentamento do dia a dia e abrir as portas para outras pessoas virão. A motivação dele surge a partir do bem coletivo, ou seja, não querer que outras pessoas passem pelo que ele está passando.

Ao contrário dos fatores motivacionais que nossos entrevistados elencaram para continuar estudando, não estão ligados a incentivos escolares, as causas que expuseram para justificar seus afastamentos da escola estão diretamente ligados as experiências vivenciada na escola. O preconceito, a discriminação, a falta de compreensão, o não acolhimento da escola e a escola como reprodutora de violações, foram apontados como os porquês do distanciamento dos nossos entrevistados da escola. Vejamos uma fala:

*Certa vez um menino voltou da escola chorando e disse para a mãe que foi chamado de bichinha, isso já aconteceu comigo também, e ela disse “você tem que melhorar”, ou seja, você é desse jeito, por isso os seus amigos da escola lhe batem. Os professores e diretores acabam sendo conivente com a agressão [...] Foi isso que me fez parar os estudos, se eu tivesse um entendimento... quando se fala em educação, escola é o complemento do lar e a escola deveria ter uma parceria maior com as famílias e principalmente com as pessoas que tem uma especificidade para que os professores comecem a entender que a pessoa tem uma limitação eles deveriam chamar a família, falar desse aluno para que ele se sentisse confortável e permanesse na escola, mas existe isso (Dorothy, 37 anos).*

A escola exclui quem não está nos padrões, porém dentro do meio de quem está fora dos padrões há os excluídos dos excluídos. Um negro que sofrer algum tipo de preconceito na escola pode recorrer aos pais ou mesmo a escola, dependendo de onde vier a agressão, mas quando essa agressão diz respeito a sexualidade, a transexualidade, a história é outra. Pelo histórico de estigmatização que essas pessoas já vem sofrendo em casa e na escola, elas não sentem segurança em contar com ninguém, guardam pra si e adoecem com a culpa de serem o que são.

A marginalização de um ser por não estar nos padrões normativos. “A escola delimita espaços. [...] ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui”

(LOURO, 1997, p. 58). Peres (2009), diz que as pessoas travestis e transexuais já chegam na escola com uma carga de estigmas e preconceito que trazem da sua esfera familiar e comunitária, essas cargas causam alguns transtornos, ou seja, já chegam na escola bastante fragilizadas. Ao chegarem na escola elas encontram um local de discriminação e desrespeito o que leva essas pessoas a abandonarem a escola, a mais uma forma de marginalização, pois sabemos a importância que é dada aos estudos na nossa sociedade.

Entrevistamos três mulheres trans, e três das três mulheres trans saíram da escola e foram procurar nas calçadas o encontro consigo mesma e uma forma de ganhar a vida. Não colocamos aqui esse dado como estereótipo das trans, queremos atentar para o fato de que afastar essas pessoas do ambiente escolar é aproximá-las, também, da prostituição. A prostituição para elas aparecem como uma forma de garantir sua sobrevivência, tendo em vista que a muitas não concluem o Ensino Médio e as que terminam não conseguem emprego por, mais uma vez, serem discriminadas.

#### 4.3.2 Desafios e superações em relação a continuação dos estudos

De acordo com o perfil dos participantes, três deles demonstram o interesse em continuar a estudar, sendo dois já inseridos dentro do Ensino Superior. Alice e Dorothy cursam o Ensino Superior, depois de *delay* de alguns anos. As violações que sofreram na escola não foram suficientes para pará-las, mas de onde elas conseguiram forças para continuar? Por que voltar depois de tanto tempo fora da sala de aula?

Ao contrário do processo de estigmatização, onde acontece uma diminuição da autoestima, o processo de empoderamento se dá em fortalecer o indivíduo, Esse movimento de empoderamento se dá, muitas vezes, no espaços de debates coletivos, é o que Maria da Glória Gohn chama de Educação não-formal.

Existe algo de comum em todos os sujeitos da pesquisa, estão envolvidos, direta ou indiretamente, com movimentos sociais que lutam em prol das causas da diversidade sexual. As vivências nesses espaços trazem a consciência de si e coletiva e buscam a superação da imposição cultural/social/política. Gohn fala sobre o que se espera alcançar a partir da educação não-formal, diz que a “educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio; ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos” (GOHN, 2006, p. 30). A Educação não-formal parte da cultura de um grupo de indivíduos e emerge a partir das suas necessidades.

As experiências trocadas nesses ambientes fortaleceram nossos participantes para dar continuidade as suas vidas acadêmicas. Não existe na fala deles algo que remeta que hoje em dia é menos ruim do que tempos passados, mas há a vontade de inspirar pessoas:

*[...] a gente precisa mostrar que a gente tem que levar o conhecimento que as pessoas não nascem, as pessoas tornam e essas pessoas que tornam poderiam se tornar os melhores profissionais se levassem o conhecimento sobre sexualidade. O que significa política de fato, o que é um país laico são essas negativas que a gente não tem informação na escola que na fase adulta a gente fica atrofiado, que a gente vê esse país degradado, um país que está totalmente em um retrocesso. Em uma desordem porque a bandeira prega ordem e progresso, mas a gente está no retrocesso e na desordem. Não entendem o porquê de uma mulher ser transexual porque não se discute isso dentro da universidade, mas há pessoas que são limitadas (Dorothy, 37 anos).*

Dorothy fala sobre motivar as pessoas, empoderá-las e isso aparece também em outros participantes, mas, por outro lado, existem marcas que não podemos apagar. Os traumas deixados em outrora não permitem que a Wendy consiga retornar a escola.

*[...]é tão grande tudo que passou que você tem medo de passar por tudo de novo, porque não é muito diferente do que eu passei antigamente não porque hoje... não falo em escolas de nível médio ou fundamental, falo de universidades [...] eu já fui tão violada a minha vida toda que eu não sei se que quero ainda voltar e ser violada outra vez, principalmente agora que eu estou empoderada, sabendo do que eu posso falar, sabendo o que eu posso brigar se vai valer a pena eu ter que ao invés de matar um leão por dia e uma cobra, eu ter que matar dois leões e duas cobras (Wendy, 43 anos).*

Voltar para a estudar para Wendy é reviver todos os momentos de traumas, discriminação e preconceitos sofridos no tempo da escola. A dor de passar por tudo novamente a desmotiva a terminar os estudos, mesmo considerando a importância no meio social e mais ainda para as trans que já vivem marginalizadas.

Podemos ver que a educação não-formal fornece para os nossos sujeitos a superação dos estigmas que neles foram impostos, ou seja, devolve aos sujeitos o empoderamento que lhe são retirados tanto pela família quanto pela escola.

## **5. EM BUSCA DO FELIZES, MESMO QUE NÃO SEJA PARA SEMPRE: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa procuramos entender os aspectos que dificultaram o acesso e permanência dos transexuais no processo educacional a partir do resgate de suas histórias de vida no âmbito da educação formal, buscando situar os elementos motivadores e dificultadores de acesso e permanência dos transexuais no sistema formal de ensino.

A partir de suas histórias de vida, buscamos compreender a visão de pessoas transexuais sobre a educação formal, indicando como pessoas transexuais vivenciam/vivenciaram o sistema educacional formal do qual estão/estavam inseridos, no intuito de apresentar os aspectos dificultadores e motivadores de acesso e permanência no mesmo e apontando como o processo educacional formal interferiu nas escolhas acadêmicas das pessoas transexuais.

Percebemos que a cada resgate de suas memórias, seus corpos e mentes trazem as marcas desse difícil caminho de inserção no mundo social. Embora suas histórias de vida se assemelhem, cada uma dessas pessoas sofreram ao seu modo e superou os traumas, transtornos, medos e agressões com tristeza, mas também com força e luta. Resignificando situações na árdua tarefa de reconstituição de si.

Como elementos que dificultaram a permanência dos participantes no sistema de ensino formal, elencamos a escola como um dos principais agentes de produção e reprodução de desigualdades, sufocando as diferenças e buscando homogeneizar a partir de um referencial heteronormativo. A escola além de ditar o que é ou não permitido, ainda transmite valores retrógrados e deturpados aos outros sujeitos ali inseridos, construindo o que Louro (1997) chama de “Fabricação das diferenças” não só entre os alunos, mas em toda comunidade escolar, que aprende e reproduz essas diferenças. Entendendo as demandas das pessoas trans, o uso do banheiro que corresponde com seu sexo de identificação e o respeito ao nome social, foram bastante evidenciados por nossos/as entrevistados/as. Tais demandas, quando não respeitadas, causam desânimo, desconforto e até situações de abuso. Foram relatadas diversas situações em que houveram violações múltiplas, essas pessoas descrevem a escola como um local de horror e que, portanto, reafirma um ideal dominante que exclui as marcas da diferença.

Não foi possível identificar mecanismos que motivassem a permanência dessas pessoas na escola. O que pudemos constatar foi que as motivações para a permanência na vida acadêmica se fundaram longe da escola, geralmente em espaços de educação não-formal. Essas pessoas passaram de estigmatizadas a empoderadas ao longo de um percurso de lutas diversas. Este processo deu-se a partir do auto entendimento de si como um sujeito de direito e deveres capazes de enfrentamento à violência que assola nossa sociedade.

A educação não-formal foi o aspecto fundamental que interferiu nas escolhas dos/as entrevistados, a vivência em grupos que discutem e lutam pelas causas trans e LGBTs trouxeram o empoderamento e motivação para retornarem a escola e buscarem profissionalizarem-se ou mesmo embasasse teoricamente para dar mais voz as suas lutas.

Assim, os créditos para o sucesso dessas pessoas se encontram nos movimentos sociais e na educação não-formal, sendo a educação formal posto como um obstáculo ao processo de humanização.

Em face disso, questionamos em que escola nós estudamos? Em que escola nós trabalhamos? Que instituição nos forma? Que profissional seremos? A resposta para todas essas perguntas é que a escola não sabe lidar com a diversidade, seja ela qual for, mas em especial a sexual. Crescemos sendo ensinados a seguir “padrões” binários e naturalistas de meninos e meninas, trabalhamos em escola em que sexualidade é um assunto proibido. Pouco ou quase nada se discute de sexualidades na formação de profissionais de educação e, obviamente, todas essas negações durante a vida nos tornarão profissionais que reproduzirão as mesmas opressões vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa.

Pesquisas no âmbito da educação e transexualidade são limitadas, mas são importantes para que possamos ter um olhar mais atento e direcionado as especificidades de grupos que precisam ter seus direitos assegurados em todas as instâncias sociais. Precisamos de mais pesquisas que discutam a inclusão dessas pessoas no contexto escolar, garantindo-lhes um caminho que valorize e respeite a sua cultura. Não há contos de fadas nas histórias dessas pessoas, na maioria das vezes também não há finais felizes, mesmo quando conseguem sair da marginalidade, o estigma social as perseguem, no entanto eles/elas continuam na luta para serem felizes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.
- BENEDETTI, M. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.
- BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção primeiros passos: 328.
- CASTEL, Pierre-Henri. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910 – 1995)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº 41, p. 77 – 111. 2001
- Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). Psicologia e diversidade sexual. PERES, Wiliam Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. **Travestis, transexuais e transgênero: novas imagens e expressões da subjetividade**. São Paulo: DRPSP, 2011. 92f.; 23 cm (Caderno Temático 11).

DESLANDES, Suely Ferreira, **Pesquisa social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (organizadora). 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. **Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento.** 37ª Reunião Nacional da ANPED, UFSC – Florianópolis, 2015.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRANT, Carolina, **Direito, bioética e transexualidade: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans\*** / por Carolina Grant. – 2015. 223 f.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** MINAYO, Maria Cecília de Souza. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** NETO, Otávio Cruz. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** GOMES, Romeu. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REIDEL, Mariana. **A pedagogia do salto alto: Histórias de Professoras Transexuais e travestis na educação brasileira/** Mariana Reidel. – 2013. 163 f.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A transexualidade no cenário brasileiros atual: A despatologização e o direito à identidade de gênero.** III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade. Salvador, BA: Grupo Enlace, 2013.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT.** São Paulo: SJDC/SP, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo/** Tomaz Tadeu da Silva. 3. Ed. – 1 reimp – Belo Horizonte: Autêntica. 2010. 156p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação /** Augusto Nivaldo Silva Trivifios. --São Paulo : Atlas, 1987.